

BASES DO NIILISMO: A HISTÓRIA DO PENSAMENTO FILOSÓFICO OCIDENTAL

Juliana S. Monteiro Vieira¹

Resumo: Pretende-se refletir neste texto acerca da gênese do pensamento filosófico Ocidental, onde encontram-se as bases que norteiam as concepções críticas de Friedrich Nietzsche, na Alemanha do século XIX, e, seu importante conceito de niilismo, presente em diversas de suas obras. Fez-se necessário nesta pesquisa, realizar um apanhado histórico das principais correntes de pensamento que corresponderam a formação da tendência racionalista-científica, além de uma problematização acerca dos valores da Modernidade. Adentrou-se inicialmente, o entendimento mitológico, o período pré-socrático, os filósofos clássicos, os dogmas da Idade Média e a filosofia cristã, as bases do pensamento racionalista e da filosofia moderna, o Período das Luzes e o século XVIII, pontes históricas aonde encontram-se questões-chave para as conclusões de Nietzsche sobre o conceito referenciado. Nessa perspectiva, entendemos que apenas compreendendo as bases do pensamento crítico nietzschiano, é possível realizar um real entendimento acerca do conceito de niilismo e suas reverberações nos valores da contemporaneidade.

Palavras-chave: Filosofia Ocidental; Niilismo; Racionalismo;

Abstract: It is intended to reflect in this text about the genesis of Western philosophical thought, where are found the bases that guide the critical conceptions of Friedrich Nietzsche in nineteenth-century Germany and his important concept of nihilism present in several of his works. It was necessary in this research to make a historical survey of the main currents of thought that corresponded to the formation of the rationalist-scientific tendency, as well as a problematization about the values of Modernity. The mythological understanding, the pre-Socratic period, the classical philosophers, the dogmas of the Middle Ages and Christian philosophy, the bases of rationalist thought and modern philosophy, the Period of Lights and the 18th century, historical bridges where key questions for Nietzsche's conclusions about the referenced concept are found. From this perspective, we think that only by understanding the foundations of Nietzsche's critical thinking can one realize a real understanding of the concept of nihilism and its reverberations in the values of contemporaneity.

Keywords: Western Philosophy; Nihilism; Rationalism;

¹Mestre em Educação e Psicóloga. Universidade Tiradentes/SE–Aracaju. E-mail: juhsantosvieira@gmail.com, Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1164772162073102>.

Introdução

No presente texto, pretende-se refletir acerca da gênese do pensamento filosófico Ocidental, onde foram transcritos valores que norteiam as concepções críticas de Friedrich Nietzsche (1844-1900) e, seu conceito de niilismo. Para melhor compreensão do conceito, fez-se necessário realizar um apanhado histórico das principais correntes de pensamento que corresponderam a formação da atual tendência racionalista-científica: o entendimento mitológico, o período pré-socrático, os filósofos clássicos, os dogmas da Idade Média e a filosofia cristã, as bases do pensamento racionalista e da filosofia moderna, o Período das Luzes e o século XVIII. Nesse apanhado encontram-se questões-chave para as conclusões de Nietzsche sobre o conceito referenciado.

Os pensadores aqui citados foram escolhidos como ilustrações dos períodos à que se atrelam, pois seria impossível rememorar todas as filosofias que influenciaram o pensamento Ocidental. Dessa forma, foram selecionados a partir de sua relevância sob o pensamento nietzschiano. Propõe-se, portanto, dar bases ao entendimento do conceito preconizado rememorando as maneiras intelectualmente eleitas como “corretas e verdadeiras” para a formação da lógica racional.

Conservando suas raízes na Antiguidade, o niilismo perpetua-se, para Nietzsche (1995), como uma “doença da vontade”, adquirindo origens a partir de pensadores como Platão e da doutrina judaico-cristã. Como marco temporal, porém, não há uma constituição literal acerca da vitória deste estado passivo sob a humanidade, pois o mesmo constitui-se como fluxo de momentos na história, movimentos de perda e vitória da moral escrava. Assim como os movimentos fundamentalistas não são necessariamente marcados por fatores históricos, o niilismo não se substancializa em um só momento, pois constitui-se como um jogo de forças em constante deslocamento.

Podemos dizer que o pensamento de Nietzsche também compõe uma reflexão sobre a vida. A “vida” referida como algo afirmado por si mesmo, pelo que realmente é, perpassada por planos de força que se reverberam no sentido trágico, em composição com as energias vitais. Vida não enquanto “mundo transcendente”, natureza a ser manipulada “de fora”, mas vivida no corpo, eminentemente como experiência corporal; “A vida *não* é adaptação das condições internas às condições externas, mas vontade de poder que, de dentro, submete a si e incorpora uma parcela cada vez maior do exterior” (NIETZSCHE, § 681, 2011b). Essa maneira de enxergá-la opõe-se a metafísica dialética, no qual a vida é sempre insuficiente, despótica, sempre em falta, sempre em busca de algo que não está ali.

Considerar o mundo **imundo**. Nesse princípio reside, segundo Nietzsche, a base do ressentimento moderno legitimado por imperativos categóricos que adornam os discursos educativos, políticos, culturais e sociais do Ocidente. A criação dos “planos superiores do pensamento” reverbera na desvalorização da vida como vivência do instante, transportando o homem para um estado de espera e expectativa em uma idealização de mundo perfeito, transcendental e sempre futuro. A concepção metafísica produziu-se enquanto reação de defesa ao imprevisível do devir, como oposição a pluralidade e a instabilidade, aspectos intrínsecos da realidade (VOLPI, 1999). É interesse deste artigo, portanto, esclarecer em que se baseiam as ideias e críticas de Nietzsche a história da filosofia Ocidental e sob o que configura-se o conceito de niilismo, na tentativa de pensar o estado existencial contemporâneo marcado por questionamentos de todas as ordens e pela crise dos valores modernos.

O nascimento e desenvolvimento da filosofia ocidental e a crítica nietzschiana

A origem e o nascimento da filosofia são assuntos discutidos por diversos autores, sendo uma convenção dizer que seu surgimento se dá entre os séculos VI e V a.C, na chamada “Magna Grécia”, em uma localização que além da metrópole, se estende as regiões da Ásia Menor (colonizada pelos gregos), baixa Itália e Sicília. Esconde-se na denominação “pré-socráticos” uma desvalorização destes pensadores, tidos apenas como percussores do apogeu da filosofia que se dá com Sócrates e Platão. Eles, na verdade, refletem perspectivas de pensamento muito abrangentes que influenciam pensadores durante toda a história da filosofia, até mesmo na atualidade (HELFERICH, 2006).

Elencados por Nietzsche como “tipos puros”, os filósofos pré-socráticos gregos e o próprio Sócrates configuram-se como homens dedicados ao conhecimento, que justificam a função da filosofia em sua tarefa primordial. A partir de Platão, formam-se os “tipos mistos” de intelectualidade, no qual elementos de diversas correntes convergem em pensamentos caricaturados de filosofia; “Todo o filosofar moderno é restringido a uma aparência de erudição” (NIETZSCHE, 1995, p. 09).

Fornecendo uma compreensão história do pensamento filosófico Ocidental e de como se deu o advento e a consolidação da perspectiva niilista, Nietzsche buscou pensar as várias manifestações de crise ou conflagrações inscritas na história do pensamento humano do Ocidente procurando uma raiz comum que explicasse a gênese do niilismo e atentando-se especialmente para o período de instauração da interpretação moral da existência. Através do

procedimento genealógico, ocupou-se da investigação desta moral constatando que ela e a metafísica são aspectos praticamente indissociáveis (NIEZTSCHÉ, 1998).

Do mito ao logos

Acerca de 200 mil anos o *homo sapiens* em sua atual forma ocupa o espaço terreno, no qual convive com a sua e outras espécies. O mundo mítico correspondeu a um trilho para pensar a vida e a morte durante um longo período, seja antes da formulação de uma linguagem comum ou apenas em relação aos acontecimentos cotidianos, se comparado ao pensamento filosófico que surge apenas a aproximadamente 7 mil anos atrás. Dessa forma, a herança mítica da humanidade constitui-se como fator predominante em termos de mecanismos de entendimento da realidade.

Guiado pelos fenômenos naturais, atribui-se a esse universo grande poder e função didática, moral e ética. Define-se o mito como “discurso”, “lenda”, “narrativa”, de autoria desconhecida e transmitido por gerações (HELFERICH, 2006). Marcada por seu antropomorfismo, a mitologia grega atribui aspectos humanos aos deuses e as forças da natureza, tornando-se inteligível as diversas forças presentes na vida, sejam elas obscuras ou familiares. Em sua acepção original, o mito consiste em uma narrativa tradicional que integra uma cultura utilizando-se de elementos simbólicos para explicar e dar sentido ao mundo e ao humano (COTRIM, 1993).

O que é divino é também acessível, devido a ser imaginado com contornos humanos, contemplando as diversas esferas presentes neste ser. Os deuses possuem um caráter de humanização e identificação, animados por sentimentos e paixões próprias dos mortais. Os comportamentos passionais e instintivos são vistos então, nesse contexto, como parte intrínseca do humano, baseadas em aristocracias genealógicas que designavam valores nobres e valores escravos. Para Nietzsche, a cultura grega permite vislumbrar o homem em suas faces complementares, o que tornava potente o encontro dos opostos. A ideia da inteireza humana, nesta perspectiva do pensamento, é ainda muito forte e concisa.

A vivência do Cosmos, nesta perspectiva, é compreendida como uma totalidade, uma unidade de forças atuantes e incessantemente em movimento. Essa noção aproxima-se muito da ideia de imanência, que designa o caráter daquilo que tem em si o seu próprio princípio e fim. A imanência existe absoluta, não depende de sujeito ou objeto capaz de a conter. As “Epopéias de Homero”, escritas no século VI a.C., são consideradas obras fundamentais para

conhecer a cultura mítica grega, assim como a Teogonia, a teoria do surgimento e origem dos deuses de Hesíodo (Séc. VIII a.C).

Primeiramente de todos nasceu o Caos, depois Géia, de amplo seio [a Terra – e – dela inseparável – a divindade Terra], eterna sede fixa de todas as coisas, e Tártaro, nebuloso, no interior da Terra de amplas vias, e Eros, o mais belo entre os deuses imortais, solta-membros dos deuses todos, e dos homens todos ele subjuga no peito o entendimento claro e a vontade prudente. Do Caos, porém, nasceram Érebo e a Noite negra, da Noite nasceram então, Éter e Hémera [o Dia e a divindade do Dia], que ela gerou, unida a Érebo em amor. Géia primeiro pariu, igual a si mesma, Urano constelado [Céu e divindade do Céu], para envolvê-la toda e ser dos deuses venturosos domicílio seguro. Pariu também altas Montanhas, belo abrigo das deusas. E pariu a infecunda planície impetuosa das ondas, o Mar, sem o desejoso amor. Depois pariu, do coito com o Céu, o Oceano, de redemoinhos profundos (HELFERICH, 2006 *em* CAPELLE, 1968, p. 27).

O caos corresponde aquilo que vem do desejo, do querer, do desvio do planejado. Caos que coabita junto à sensação de organização, de preparação, de programação. A ideia de habitar o caos é logo nos filósofos pré-socráticos substituída pela de “cosmos”, sendo este o arranjo explicável, a ordem que rege as coisas do mundo. O nascimento da *pólis*, modelo de cidade-Estado grego, é o momento em que estão vinculados o surgimento da utilização da razão. A nova forma de organização social e política, de criação humana e não divina (deuses), evidencia a necessidade de dialogar com o poder. Para Vernant (1981), a racionalização da vida social ou a utilização do *logos* instaura-se como algo de domínio público que agora não pode mais manter apenas um saber alegórico sobre o mundo. Nesse sentido, o mito torna-se sinônimo de algo irreal, fantasioso, da parcela do irracional existente no pensamento humano (COTRIM, 1993).

Os pré-socráticos surgem na Grécia Antiga por volta do Séc. VI a.C., e tem como principais questionamentos o Universo e os fenômenos da natureza. Através da Cosmologia, ou seja, da explicação sistemática e racional das características do Universo, buscam um princípio substancial que denominam *arché*, algo existente em tudo o que é material. Surge, portanto, a ideia de essência, a procura no cósmico de algo que estaria intrínseco ao todo, a totalidade. Esse modelo de pensamento vem substituir a Cosmogonia, ligada a explicação do Universo através dos mitos. Considerada uma filosofia antagônica ao seu posterior modelo (Metafísica Socrática - Platônica), configuram-se como homens voltados para o conhecimento que falavam sobre a essência de um espírito helênico, buscando não interromper o curso da civilização grega. Preocupam-se basicamente com a origem das coisas, figurando-as em elementos naturais sem fabulações que as abstraíam.

O pré-socrático Heráclito (535-475 a.C.), da Escola Mobilística, é considerado por Nietzsche “o mais grego dos filósofos” (1995, p.10). De instinto agônico, recusa as noções dualistas de mundo e crê na luta e harmonização dos opostos, o que para ele gera a possibilidade do “vir a ser”. O “vir a ser” nasce na luta de forças contrárias que provocam modificações e revoluções constantes vinculadas as leis eternas e universais. O mundo é então, para Heráclito, uma mistura de dois lados do mesmo objeto que agitam-se constantemente. Todos os contrários confluem em uma harmonia invisível, sendo o uno apenas entendido em sua relatividade, configurada na aparência e não na derivação de um princípio originário, retornando a uma concepção de multiplicidade.

Dessa forma, o filósofo rejeita a noção de “ser”, negando o caráter apriorístico de um conhecimento do “si mesmo”. O humano seria, nessa perspectiva, uma conjuntura instável e provisória que permaneceria inalcançável, pois nunca está finalizada. A consciência seria uma utilidade inventada devido a necessidade de comunicação, entendimento e decifração de si.

Heráclito exerceu plenamente sua função de filósofo em seu jeito solitário e andante de viver. Não se considerava dependente dos homens ou do mundo, crendo no colapso das estruturas existentes e no surgimento consequente de novas concepções, em uma periódica repetição e conflagração cósmica que a tudo aniquila. Esse impulso de destruição e recomeço, para ele, seria como um jogo ininterrupto, em que apenas o artista e a criança mantêm-se intrinsecamente ligados, gerando constantemente a vida em vias de realização, vias de obra de arte (NIETZSCHE, 1995).

Considerado vulgarmente por muitos como um homem obscuro, Heráclito procurou investigar a si mesmo no entendimento sobre a “*physis*”, relacionando-se diretamente com sua filosofia. Para Nietzsche, ele representou o verdadeiro cumpridor do “*Conhece-te a ti mesmo*”², pois enxergava o incessante fluxo do mundo e dos homens e a necessidade real de entender-se diante do devir, do tornar-se. Baseado na ideia de que “*tudo flui*”, ilustra uma visão marcadamente dinâmica da realidade. O fogo ilustrava, para Heráclito, esse princípio do devir, simbolizando o movimento constante de forças contrárias.

Em oposição ao devir de Heráclito estão as ideias de Parmênides de Eléia (510-470 a.C.), nascido na Baixa Itália, considerado uma das influências básicas do pensamento platônico. Na visão deste filósofo pré-socrático existiriam duas vias para compreensão do mundo: a da razão, que pressupõe uma essência e a da opinião sensível ou da aparência enganosa. O “costume” partiria de um julgamento através dos sentidos e percepções,

²Aforismo grego inscrito no Templo de Delfos (Séc. IV a.C.) direcionado ao deus Apolo.

produzindo, em sua perspectiva, alucinações. Apenas a argumentação lógica baseada na razão teria centralidade do pensamento proporcionando a certeza da realidade. Pela razão deveríamos buscar a essência, a coerência e a verdade tornando pensável o caos e introduzindo ordem a ele (COTRIM, 1993). Essa problematização entre pensamento e experiência trazida por Parmênides, centra-se na ideia de unidade, na desvalorização dos sentidos e na lógica racional e irá se perpetuar na história do pensamento filosófico Ocidental em suas várias fases e teorizações.

Considera-se até a atualidade, difícil a diferenciação da obra de Sócrates, devido a não haver escritos ou registros propriamente feitos por este filósofo. Apenas pelos diálogos com Platão, pelo relato de Xenofonte (também seu aluno-discípulo), passagens em Aristóteles e na comédia de Aristófanes intitulada “As Nuvens” (423 a.C.) é possível identificá-lo como um dos grandes nomes da filosofia (HELFERICH, 2006).

É a partir de Sócrates (469 - 399 a.C) que inaugura-se na filosofia uma ideia de fuga do provisório, uma busca pelo Ser. Seu pensamento diferencia-se por ser informal, de caráter aberto e oral, buscando o aprimoramento do senso comum através da reflexão. O enaltecimento da verdade é a principal vertente de seu projeto epistemológico, configurando uma filosofia que continha preceitos basicamente morais. O filósofo realizava diálogos críticos com seus interlocutores, introduzindo uma consciência da própria ignorância acerca dos acontecimentos e do mundo. O conhecimento seria para Sócrates a “arte de trazer a luz”.

A partir da desclassificação da arte trágica grega, operou pelo fio condutor da causalidade e da racionalidade lógica, na busca por uma verdade eterna e inquestionável. A existência deveria ser enquadrada em parâmetros passíveis de avaliação e a racionalidade seria o único caminho para a verdade, para a descoberta do sentido e da finalidade vital. Verdades formuladas, limitadas, construídas. A filosofia constrói-se a partir dessa vontade de verdade e da tentativa de humanizar a natureza e propor uma razão específica para as experiências humanas. Faz-se necessário dentro dessa perspectiva, o abandono dos instintos, o desprezo do corpo e a degradação do que é caótico e não linear.

Sócrates é considerado por Nietzsche como o filósofo que inaugura o julgamento sob a vida criando um tipo de filosofia voluntária que limita-se a valores considerados superiores como “o bem, o belo, o verdadeiro”, opondo-se ao sentido místico e múltiplo da tragédia grega e interpretando-a como algo irracional que deveria ser ignorado (FILHO, 1999). Através da construção de uma figura idealizada de si e do outro cria-se uma rede de impossibilidades de atingir um “ideal humano”.

[...] considera Sócrates um “sedutor”, por ter feito triunfar junto a juventude ateniense o mundo abstrato do pensamento. A tragédia grega, diz Nietzsche, depois de ter atingido sua perfeição pela reconciliação da “embriaguez e da forma”, de Dionísio e Apolo, começou a delinear quando, aos poucos, foi invadida pelo racionalismo, sob influência “decadente” de Sócrates (FILHO, 1999, p. 6).

Platão de Atenas (427-347 a.C.), discípulo de Sócrates, foi considerado um aristocrata, pois pertencia a uma das famílias mais nobres da *pólis* e gozava de prestígio entre a sociedade. Fundou sua própria escola filosófica chamada Academia (387 a.C.), uma das primeiras instituições permanentes de ensino superior Ocidental. Para ele, o processo de conhecimento se desenvolve a partir da passagem do mundo das sombras (aparência) para o mundo das ideias (essência) (COTRIM, 1993). Configura uma teoria e um método mais formal, caracterizada pelo idealismo do mundo das ideias e pela perseguição objetiva dos erros e equívocos do conhecimento. Para Nietzsche, Platão é o mais antigo dos filósofos. Sua filosofia possui caracteres mistos que contêm elementos socráticos, pitagóricos e heráclitos, porém transfigurando-os como caricaturas (NIETZSCHE, 1995).

O desenvolvimento de seu pensamento relaciona-se as suas percepções acerca das impressões advindas dos sentidos que formam uma opinião (*doxa*) individual sobre a realidade. Apenas será autêntico o conhecimento que penetre na racionalidade através da dialética³. A inteligibilidade não está na matéria, as ideias estão em um plano invisível e incorpóreo. Elas seriam o modelo perfeito ou um paradigma divino das coisas materiais que percebemos em nossa realidade sendo estas “cópias imperfeitas e transitórias” (PLATÃO, 1999, p. 20).

Nessa perspectiva, distingue o mundo sensível do mundo supassensível partindo-o ao meio e estabelecendo uma divisão irremediável entre a “realidade enganosa existente e a idealização perfeita do conhecimento”. Através do caráter contraditório e pensamento dualista, em forma de sentença faz o intermédio entre o ser e o não-ser, entre o campo do possível e o estado condicionado da perfeição e do não-erro, do não-equívoco – distinção de uma “verdade verdadeira”. Apenas a alma seria capaz de atingir essa verdade e essa perfeição, sendo o corpo apenas um obstáculo a essa busca. O corpo passa a ser visto como um túmulo da alma, fonte de doenças e males que a fazem padecer.

³Na concepção grega, o método dialético consiste na contraposição de uma opinião com a crítica que se pode fazer dela, com objetivo de purificá-la de erros e equívocos (COTRIM, 1993).

O que é belo, mais ou menos belo, é belo porque existe um belo pleno, o Belo que, intemporalmente, explica todos os casos e graus particulares de beleza, como a condição sustenta a inteligibilidade do condicionado (PLATÃO, 1999, p. 19).

Para Nietzsche (1995), Platão é cristão antes do Cristianismo devido configurar uma teoria que culpa e aprisiona o corpo em busca de uma muleta metafísica: a verdade. Dessa forma, surge a noção de “homem científico, intelectual”, aquele que nega o real e o transforma em algo inatingível, perfeito, estático e impossível de ser captado. Somente os filósofos, para Platão, seriam capazes de habitar um mundo luminoso das ideias, sendo o homem comum uma cria do Estado a que está subordinado. A verdade teria na prática filosófica e posteriormente, na ciência, a ferramenta ideal para o afastamento dos enganosos sentidos.

Sendo uma imitação imperfeita do mundo das ideias, a realidade e o corpo seriam ociosos e vazios, grandes obstáculos para o saber. A arte, menos apreciada do que a realidade por Platão, seria a imitação da imitação imperfeita da materialidade, a cópia da cópia do modelo, sendo os artistas “criadores das aparências” que acentuam a ilusão da realidade. Essa lógica de transcendência de planos a que Platão nos remete constitui-se como um dos grandes caminhos percorrido pelo pensamento Ocidental. A filosofia é, pois, para Platão, a libertação do ilusionismo das sombras que aprofunda sua consciência da realidade enganosa e desconstrói os erros dos sentidos.

A partir de Sócrates e Platão, fazer filosofia é negar o mundo corpóreo e ater-se a uma verdade que é transcendente, que está fora do alcance comum. A construção de um modelo de homem que está impossibilitado de existir fundamentou-se na busca de uma racionalidade única, que nega a ideia de devir como fluxo contínuo de transformações que conjugariam arte, pensamento e saber, assim como faziam os pré-socráticos. A história do pensamento humano seguiu, a partir do eixo socrático-platônico, apenas um ciclo de interpretação do mundo fazendo um corte em termos de possibilidades de ideias, esvaziando a pluralidade de movimentos que compõe o humano. Enquanto na mitologia grega as interpretações do mundo partem da arte⁴ como explicação dos fenômenos, na concepção socrático-platônica parte-se de uma verdade, idealizada e inalcançável.

⁴Pelo caráter simbólico que o reveste, me refiro as interpretações míticas como artísticas, na medida em que partem de fantasias e criações imaginárias que possuem um contexto de representação da realidade, a partir do vínculo do homem com o Universo.

É pelo caos e a indeterminação da vida que o homem cria para si um arcabouço de ilusões. Essas criações acontecem diante da necessidade humana de estabelecer no mundo a ideia de duração. Devido ao medo da morte não somos capazes de lidar com a vida como ela inteiramente é. O poder que se estabelece ilustra a tendência a fraqueza, a decadência, sob uma perspectiva do não enfrentamento dos conflitos reais e da transformação. Para Nietzsche (1995), após este eixo, nada resta na história da filosofia salvo raras exceções. Tudo que se deu após a criação da metafísica platônica foram cristalizações da ideia de verdade. A história do conhecimento é a partir daí uma negação da vida, do corpo e do devir.

Do logos ao dogma

Os deuses morreram: mas morreram a rir ao escutar um Deus dizer que era único (NIETZSCHE, 2011a, p. 230).

Após o desfalecimento do Império Romano com as invasões germânicas houve uma fusão de elementos culturais do paganismo greco-romano, judaísmo cristão e dos traços germânicos por parte do pensamento ocidentalista. A negação da estética trágica grega sinalizava a concepção de que essa filosofia era “uma porta aberta para o pecado, para a heresia” (COTRIM, 1993, p. 127). A Idade Média é marcada por um período de desorganização política, econômica e social em que prevalecia a organização de instituições sociais, como por exemplo, da Igreja Católica. A Patrística consistiu em um período filosófico que se deu a partir do Séc. II d.C. e representou o pensamento dos padres da Igreja construtores da teologia católica, considerados mestres da doutrina cristã que tentavam munir a fé de argumentos racionais.

Através da criação deste novo organismo social - a Igreja - baseada em valores teístas de uma religião obscura do povo israelita, rompe-se com o politeísmo grego. A base filosoficamente fundamental do ideário judaico-cristão situa-se na ideia de uma queda original do homem no começo de sua história, juntamente ao conceito de um Messias, um reparador, um redentor. A fé cristã representava a fonte das elevadas verdades, tida como pressuposto para fundamentar a sabedoria humana e sua busca por conhecimento (COTRIM, 1993). Inicialmente, a filosofia Patrística luta contra o paganismo exercendo uma grandeza dogmática que lhe é própria. Para ilustrar esta escola parece adequada a associação a figura de Aurélio Agostinho (354- 430), Agostinho de Hipona ou Santo Agostinho, um dos maiores expoentes do período.

Nascido no norte da África, suas reflexões receberam grande influência do pensamento maniqueísta (Maniqueu – Século III) que consistia pensar dualisticamente o mundo, dividido em Bom (Deus) e Mau (Diabo). A parte intrinsecamente luminosa do homem seria a alma ou espírito, enquanto no corpo residiam o mau ou o tenebroso. Os valores que perpetuam no pensamento de Agostinho sob essa influência são, portanto, a explicação racional para o mundo e a responsabilidade moral humana.

Possuiu também grande influência neoplatônica, principalmente na figura de Plotino (205-270 d.C.), na crença de uma verdade que transcende a aparência. Sua filosofia admite que a racionalidade é a verdadeira fonte de conhecimento, porém a promoção do contato do homem com essa verdade suprema se dará apenas através da iniciativa divina, não apenas bastando o esforço humano. Dessa forma, introduz à figura divina o poder imutável, configurado de verdades eternas, racionalidade infinita, no qual apenas através da interferência direta de sua luz divina seria possível o alcance de qualquer conhecimento. O pensamento dualista platônico agora compõe-se de um viés moral proferido pelos pecados dos “espíritos livres”, que preferem o mundo à Deus.

[...] os que dizem essas coisas, ainda não te entendem, ó sabedoria de Deus, luz das mentes. Ainda não entendem de que modo são feitas as coisas que por ti e em ti são feitas, e tentam saber as coisas eternas, mas o coração deles ainda esvoaça nos movimentos passados e futuros das coisas e ainda é vão (AGOSTINHO, § 13, 2001).

As fases de seu pensamento ligam-se, dessa maneira, a uma construção cética (desconfiança dos sentidos e de sua transitoriedade), maniqueísta (concepção dualista), neoplatônica (verdade única, conhecimento eterno) e cristã (caminho da interioridade, fé como instrumento legítimo para busca da verdade). Ainda na Idade Média, a Escolástica tem seu auge aproximadamente no século XIII, quando Agostinho deixa de ser o eixo do pensamento cristão, agora atingido por outras influências. Devido ao surgimento das Universidades, era notável o rigor metodológico e dialético exigido aos estudiosos direcionados a esta Escola. Os exames envolviam a disputa oral de argumentos, sempre regida pelo uso da lógica formal e intermediada por um mestre.

Representante da Escolástica e grande pensador do período, Tomás de Aquino (1225-1274) é considerado um teórico com abrangente poder de síntese. Descendente de família distinta da nobreza, da região de Nápoles na Itália, entrou aos cinco anos para o mosteiro. Aquino distingue em sua filosofia dois tipos de verdade: a revelação e a razão humana: mesmo uma ciência que procede por argumentos obtêm seus princípios de um

âmbito superior, divino. A tarefa da razão é apontar probabilidades da revelação e refutar os erros para a aceitação dessa verdade superior.

O objetivo principal de sua atividade como pensador é formular as “cinco provas da existência de Deus” baseadas na ideia do movimento, na ordem de causas eficientes, na relação entre o possível e o necessário, na proporção perfeita e no sábio governo das coisas. Fortaleceu-se, nesse sentido, a relação predominante entre a ciência e a religião cristã, intensamente presente neste período (HELFERICH, 2006).

Racionalidade e a filosofia moderna

Através da construção de uma nova imagem do homem e do universo, o poder religioso foi perdendo um pouco de sua força em seu terreno fértil e dogmático. Inúmeras foram as teorias, revoluções e reformas de pensamento filosófico, todas corroborando para a legitimidade de um renascimento⁵ cultural. Destaco aqui a Revolução Copérnica, a Revolução Francesa, a Reforma Protestante e a Revolução Industrial como movimentos amplamente combatentes das verdades moralmente estabelecidas a partir das especulações religiosas.

Inicia-se um processo pela mudança da perspectiva espacial do homem no mundo. O livro “Da revolução das esferas celestes” (1543) de Nicolau Copérnico, publicado apenas após sua morte, evidenciou o combate a teoria geocêntrica que tinha a Terra como centro do Universo, para uma teoria heliocêntrica, com o Sol como centro do Universo. A partir deste fato, ocorre um deslocamento da centralização teocêntrica (Deus) para uma perspectiva antropocêntrica (homem); o homem tem um novo centro – o si mesmo. Relacionam-se a esses valores a substituição da fé pela racionalidade através do desenvolvimento da ciência experimental, a busca de um método, a formação dos Estados modernos em seu caráter individualista e nacionalista, perpetuados a partir deste período.

A fim de utilizar-se dos conhecimentos científicos como controle da realidade na vida prática, Francis Bacon (1561-1626) é conhecido como “o filósofo da época industrial”. Inglês, nascido em Londres, foi vanguardista da época em que a Europa despertou para os setores de mineração e indústria, tendo a ciência como força e obra ativa. O saber, na visão deste pensador, deveria dar frutos na prática, pois aplicando sua ação na natureza poderíamos transformar nossas condições de vida. Formula um estudo da verdade, da separação do que é

⁵O período do Renascimento (Séc. XV e XVI) caracterizou-se por um movimento artístico e científico que criou bases conceituais e valores racionalistas que fundamentaram a formação da ciência moderna, fixando-se no interesse de não só conhecer o objeto, mas exercer controle sobre ele. Contrapunha-se à mentalidade medieval e atingiu a elite burguesa dominante (COTRIM, 1993).

“humanamente descrobrível” e do que é dogma religioso/ideológico/subjetivo (ANTISERI; REALI, 2005).

Valorizava a pesquisa experimental, pois ela lhe proporcionaria um saber controlável. Bacon faz profunda crítica aos filósofos anteriores a ele, alegando que os mesmos não foram capazes de novas descobertas e consolidaram erros da tradição. Seria preciso a formação de uma nova mentalidade para os intelectuais passando por mudanças culturais e institucionais. A instauração do saber se daria em duas fases: limpeza da mente dos ídolos⁶ e uso metódico da razão para compreender a realidade. Segundo Antiseri & Reali (2005), os ídolos se assemelhavam ao conceito moderno de ideologia, o que Bacon considerava profundas fontes de erro derivados da própria natureza humana.

Através do uso metódico da razão com objetivo de conhecer as leis e os processos dos fenômenos, a ciência poderia estar ao serviço do homem. A utilização de um tecnicismo moralmente direcionado por Bacon demonstra sua concepção utilitarista da experiência científica. O método indutivo formulado por ele, ilustrava passos a seguir pelo pesquisador: observação da natureza e coleta de informações; organização dos dados empíricos; formulação de hipóteses para o fenômeno; comprovação das hipóteses mediante repetidas experimentações. As fases de pesquisa descritas por Bacon são utilizadas na ciência contemporânea praticamente sem modificações.

Notemos apenas o quanto toda essa lógica de pensamento ainda se faz presente em nosso meio social. O ócio como “pecado”, o trabalho para produção útil, a impossibilidade de perder tempo, o controle sobre a natureza e os instintos, o uso da técnica e do discurso: noções estabelecidas antes e durante o período moderno que atuam no presente como forças direcionadoras, determinadas antes de toda e qualquer tentativa de transposição de sua ordem.

René Descartes (1596-1650), filósofo francês, também é considerado um dos pais da ciência moderna. Estabelece como premissa básica uma interpretação metódica do princípio da dúvida, entendendo que este seria o único modo de realmente conhecer a realidade. Evidencia suas conclusões acerca da incerteza em que as percepções sensoriais adquiridas pelo uso da materialidade como meio do conhecer, acarretam. Suas conclusões reforçam as noções de consciência e a concepção do si mesmo construídas a partir da lógica moderna, sob

⁶Os ídolos, para Bacon, eram os responsáveis pelo insucesso da ciência. Os descrevia como falsas noções, preconceitos, maus hábitos mentais. Poderiam ser classificados como: ídolos da tribo – valores que se alicerçavam na família ou tribo; ídolos da caverna – experiências de vida singulares; ídolos do teatro – doutrinas filosóficas ou representação; e ídolos do foro – fala, linguagem, aspectos coletivos (ANTISERI; REALI, 2005).

a concepção de *cogito*⁷ universalista. Descartes adota uma postura de ceticismo total, em que nada pode ser considerado como correto e verdadeiro apenas a consciência de si, a noção de que “se pensa, existe”. Dessa forma, o ser humano seria uma substância essencialmente pensante e sua existência corporal, algo secundário. Na obra “O discurso do método” (1637) formula quatro regras básicas para condução do espírito na busca da verdade configurando o método cartesiano: a evidência (clareza e distinção dos fatos); a análise (resolução profunda e por etapas); a síntese (do raciocínio mais simples ao mais complexo); a enumeração (não omissão de nenhuma problemática).

O período moderno instituiu diversas transformações no pensamento Ocidental reverberando até a contemporaneidade em suas principais narrativas. O século XVIII é marcado pela crescente ascensão da burguesia europeia e a hegemonia da filosofia e do movimento Iluminista. Através do racionalismo como fonte de conhecimento ideal para o desenvolvimento objetiva-se neste período, a libertação das prisões dogmáticas religiosas e dos resquícios mitológicos que ainda se faziam presentes no imaginário popular, tendo na ciência, definitivamente, a última fonte de autoridade.

Inaugura-se neste século, o “mito do progresso” caracterizado pelo desejo de dominação e domesticação da natureza em benefício humano: tornar os homens senhores de si. O Estado adquire maior interferência na vida da população fortalecendo os pilares “razão, ciência e tecnologia” como engrenagens para formação de verdades instauradas nos corpos e enquanto instrumentos de transformação do mundo.

Após as mudanças ocorridas no período medieval onde a razão era território de verdades eternas vindas de um espírito divino configura-se nestes tempos, o homem como fonte e objeto principal de estudo da ciência e da filosofia. A razão agora é uma forma de aquisição, uma faculdade, um exercício onde todas as ciências assumem uma prerrogativa empírica/experimental. A tendência humana, nessa perspectiva, é ser direcionada para a verdade, a ciência deveria permitir-se a ter um uso popular, público, o conhecimento ao alcance de todos.

Segundo Antiseri & Reali (2005), não há muita originalidade nos conteúdos trazidos pelos iluministas, pois as ideias utilizadas já provêm do século anterior. Porém, existe um forte crivo crítico e uma proposta utilitarista do uso destes conteúdos em benefício da vida humana, um certo direcionamento deísta e outros movimentos de moralidade laica que se

⁷“*Cogito ergo sum* ou Penso, logo existo” – Célebre frase de Descartes.

direcionam contra as superstições das religiões positivas, em uma atitude mais cética. Outros filósofos adquirem posições mais radicais em uma tendência ateuista e materialista.

A construção do “Estado moderno de direito” também se dá neste período, onde reformas institucionais subvertem a ordem do antigo regime e a universalidade da lei beneficia a criação da propriedade privada, a separação Estado da Igreja em âmbitos educacionais, morais, sociais, com forte inspiração individualista. A obtenção de uma suposta felicidade e segurança eram os principais objetivos do direito natural. As ideias iluministas são sustentadas pela crescente burguesia da época considerados agentes do progresso, não penetrando nas classes populares.

Immanuel Kant (1724-1804) foi um pensador de destaque deste período, pois focou-se na questão do saber. Para ele, é impossível conhecer as coisas em si mesmas, pois nossas percepções são muitas vezes enganosas e ilusórias. Assim, só conhecemos o que percebemos. Em uma de suas principais obras “A Crítica da razão pura” (1781), Kant esboça as duas formas do ato de conhecer: o conhecimento empírico (dados do sentido, posterior à experiência) e o conhecimento puro (não depende dos sentidos, anterior à experiência). Apenas o conhecimento puro nasce de uma operação racional gerando afirmações universais e juízos necessários. Assim, “[...] ao conhecermos a realidade do mundo, participamos de sua construção mental” (COTRIM, 1993, p. 169).

Kant faz críticas aos principais direcionamentos filosóficos do período - o racionalismo e o empirismo - atestando que essa dicotomia requisita uma solução intermediária. Pauta-se em um idealismo transcendental, no qual qualquer experimento é precedido por pressupostos ou condições *a priori*, sendo nosso conhecimento e nossas observações, impregnados de teoria.

A perspectiva do método científico moderno cunhado por Descartes e estruturado por Bacon, recebeu grande contribuição de Augusto Comte (1798-1857), pensador francês do início do século XIX. Comte realiza uma ambiciosa proposta de reforma da sociedade através da “filosofia e religião positivista”, se inserindo na onda contrarrevolucionária e ultraconservadora que acontecia desde o fim do século XVIII. Seus conceitos foram relacionados a ordem e a estabilidade social por meio da tradição, da autoridade, da coesão, do ajuste, da função, da norma etc.

A filosofia positivista teve influência em todo o mundo e promoveu a legitimação da ideia de que o conhecimento real é apenas aquele proporcionado pela ciência. Comte refere um processo de evolução do ser humano, que vai desde um estágio inicial - o teológico - até o

estado final - o positivo -, no qual será atingida a potencialidade máxima do seu desenvolvimento. Apenas no estado positivo existiria a verdadeira observação para o conhecimento, através da pesquisa de leis e relações constantes entre os fenômenos observados. Suas bases filosóficas voltadas para o industrialismo privilegiavam a noção do “saber para prever” e da interferência e modificação direta do homem sob a natureza.

Algumas considerações acerca do niilismo

Após a contextualização histórico-filosófica das bases do pensamento filosófico Ocidental demonstra-se necessário compreender como Nietzsche pensou o processo de enfraquecimento da lógica metafísica enquanto discurso predominante e o niilismo como uma categoria de análise e crítica do social. O “espírito de negação da vida” é como um estado silencioso que se apropria e reverbera melancolia e desacordo, como uma “doença da vida moral”; esse estado representa um mal-estar profundo da cultura, que se soma ao processo de fragmentação da nossa imagem no mundo (BOURGET, 1920)

O termo niilismo tem sua origem no latim “*nihil*” e tem como sentido o “nada”, a negação. Surge como conceito no cenário europeu dos oitocentos. Nietzsche discorre sob o tema inicialmente em 1887, sinalizando o estado de crise em que visualizava o período moderno em que estava inserido. A “crise dos sentidos” era a derrocada de valores fundamentais da cultura, do entendimento da vida e dos saberes. O niilismo fundamentaria a base do pensamento Ocidental corroborando com os valores racionalistas nascidos na Grécia antiga.

As interlocuções com o termo, conforme explicita Francisco Volpi (1999), perpassam diversos territórios: francês, alemão, russo, italiano, entre outros. Por maior popularidade, costuma-se atribuir a Irvan Turguêniev (1818-1883), romancista russo com grande credibilidade na Europa Ocidental, certo ineditismo, pois ilustra na obra “Pais e Filhos” (1862) o termo que representou uma crítica ao imobilismo da sociedade, como uma vivência da tensão tardia entre o mundo feudal em crise e os valores modernos em gestação. Existe nesta tensão, a contestação dos valores tradicionais religiosos, estéticos e metafísicos propondo uma ordem mais individualista, utilitarista e radical. O romance, que tem como base o conflito de gerações, dissolve antigas certezas e ideologias sustentadas por um princípio desorganizador das instituições e dos valores. Através dos personagens descritos nesta obra, Turguêniev descreve a ascensão do método positivista e da ciência experimental como única explicação plausível e válida para pensar o campo de atividade humana.

O niilismo ganha maior abrangência em caráter literário nas obras do escritor russo Fiodor Dostoievsky (1821-1881), no qual ficam óbvias as oposições ético-metafísicas trazidas pelo autor como fé e ateísmo, Deus e humano, a regeneração e a destruição. Dostoievsky influencia profundamente a compreensão de Nietzsche acerca deste assunto, porém o autor dissocia-se de sua maneira de pensar o conceito (PECORARO, 2007). O vocábulo também foi muito utilizado nas discussões filosóficas sobre o idealismo na Alemanha. Dedicam-se a discussão proporcionando inúmeras reflexões: Friedrich Schlegel (1772-1829), Friedrich Hegel (1770-1831), Martin Heidegger (1889-1976), Ernest Jünger (1895-1998) e Arthur Schopenhauer (1788-1860). Este último prescinde a denominação do conceito, porém reflete profundamente sobre o nada e inspira o enfoque sob o fenômeno.

Considerado o maior teórico do niilismo, Nietzsche o compreende como parte de um idealismo metafísico relacionado a grande dificuldade do homem em lidar com sua própria finitude, agarrando-se a valores como eternidade e unidade para justificar sua existência. O estabelecimento da concepção dualista da experiência, tendo início com Sócrates a partir da ruptura entre *aphysise* o *logos*, e a legitimação do despovoamento do mundo dos deuses que antecedeu o judaísmo cristão, formam as bases fundamentais para a instauração do niilismo.

Para pensar o conceito, Nietzsche subdivide os dois tipos de moral que foram formadas ao longo do caminho da humanidade: a moral dos fracos e a moral dos nobres. Salienta-se que a moral apenas pode existir em consonância com a perspectiva metafísica, assim como o niilismo. Para ele, a partir das tentativas de Sócrates de interpretação e avaliação da vida como se estivesse “fora dela”, cria-se um falso distanciamento sobre o viver, onde o vivente encontra-se na função de juiz da própria experiência.

O procedimento genealógico é explicitado na obra “A Genealogia da Moral” (1887), onde o filósofo distingue duas formas antagônicas de valoração: uma delas oriunda dos instintos e da coragem que constituem uma linhagem aristocrática ou dos nobres, e a outra originada da doença, da fraqueza, da negação das vontades, que constitui uma linhagem escrava e sacerdotal. As denominações adotadas por ele não expressam julgamentos de classe ou natureza (etnia, raça, gênero), e sim uma reflexão a partir da maneira como essas sociedades visualizam seus valores e seus modos de existência.

Acritica ao pensamento ocidental e paradigmas (pós) históricos

O niilismo da cultura contemporânea não é só a crise dos valores e falta de transcendência compartilhadas: é também a constatação de que o agir humano não vibra mais entre os pólos opostos da tradição e da revolução, mas se comprime na perspectiva estreita do “aqui-agora”. Nem história nem porvir, somente o dado pontual do instante, esse é o horizonte de ação do homem contemporâneo (VOLPI, 1999, p. 118).

Na primeira obra de Nietzsche intitulada “O Nascimento da Tragédia” (1872), o autor já realiza críticas contundentes a história do pensamento Ocidental e as raízes do paradigma moderno. Formula suas percepções acerca do niilismo principalmente nas obras “A Genealogia da Moral” (1887), “O Crepúsculo dos Ídolos” (1889) e “O Anticristo” (1895) preocupando-se em fornecer a compreensão histórica do Ocidente como um processo (fisiológico) de advento, consumação e radicalização do niilismo. A incorporação de uma estética decadente reflete-se no processo de degenerescência do individual e do coletivo.

Os séculos XIX e XX são marcados pelo desmoronamento das ideias racionalistas e por desconstruções do caráter fabricado durante o período clássico, médio e moderno. Outros autores⁸ propunham relativizar a historicidade da verdade, na observação da relação de oposição entre desejos do homem e realidade insatisfatória, uma espécie de “tédio da vida” e descrédito dos valores refletidos em um aparente fracasso da sociedade Ocidental. A não subordinação do homem ao conjunto social de tradições resulta em um direcionamento da energia coletiva antes depositada, para a singularidade. O “homem moderno civilizado” vive sob o primado da técnica, do materialismo e da mais ampla troca de teorias políticas, espirituais e econômicas, o que naturalmente resulta em conflitos. Aquilo que acometia à Igreja, se dá agora, salvo suas proporções, com a ciência.

O peso da mentalidade historicista, ou seja, da visão positivista da história como objeto de observação científica, já se anuncia para Nietzsche (2006), como um cerceamento profundo do agir humano; o esgotamento desta lógica é, para o autor, parte do decurso linear dos destinos progressistas modernos. A sensação de um estágio final irreversível evoca uma dimensão de temporalidade “pós-histórica” onde nos encontramos em um “estado de motilidade perpétua” que se reproduz e se repete sem fim, na coexistência de elementos históricos e não-históricos. Essa dimensão, referenciada por Arnold Gehlen (1975), marcará a

⁸C.f. SPENGLER, O. A Decadência do Ocidente: esboço de uma morfologia da História Universal (1918); BOURGET, P. Ensaios Da Psicologia Contemporânea (1920); HUIZINGA, J. Nas sombras do amanhã: diagnóstico da enfermidade espiritual do nosso tempo (1946).

futura civilização, a partir da cristalização da sociedade e da cultura, sendo cada vez mais rara, em um meio social tecnológico-industrial marcado pela irreversibilidade, novas e diferentes opções de interação, extinguindo-se a possibilidade de utopia; “[...] já não há mais força alguma, nem a ciência, nem a filosofia, nem a religião, nem a arte, capaz de produzir uma nova imagem do mundo” (VOLPI, 1999, p. 117).

Considerações finais

O filósofo alemão Friedrich Nietzsche é considerado um grande crítico da Modernidade, devido as radicais análises que exerce sobre os conceitos mais latentes deste período, apesar de nunca ter diretamente teorizado sobre ele. Através da derrocada da interpretação cristã do mundo, os vazios que anunciavam uma potencialização da experiência anunciavam também olhar a vida em sua integridade, o transbordamento do mundo em seus pesares e deleites, a necessidade de uma nova concepção de homem.

Apesar da ruptura realizada com a concepção cristã, a instauração da racionalidade como estratégia fundamental para o alcance do conhecimento, na concepção nietzschiana, apenas substituiu os antigos moldes dos dogmas religiosos, sob domínio contínuo de forças reativas. Existe, segundo Vattimo (2010), uma tendência de “secularização dos valores cristãos”, tendo o homem continuado a viver seus vestígios em modelos distorcidos, mas extremamente atuais. O homem retira o peso dos valores externos para carregar ele próprio estes pesos nas costas, interiorizando o sacerdote, tornando a si mesmo um Deus, não modificando o fundamento essencial - o pensamento acusatório sob a vida. O rompimento com este conjunto fundamental de ideias que forneciam um sentido ao mundo proporcionou um abalo cósmico e uma radicalização do niilismo.

A partir do século XIX, são estabelecidas vias de acesso para a compreensão da realidade, sob os pressupostos da Modernidade fundamentando-se a “teoria do conhecimento”. A oposição causal entre alma e corpo, homem e mundo, objeto e sujeito, fora e dentro, transformam o conhecimento em quase *hífen* de conexão, no qual a partir dele é possível conquistar outros horizontes sob prisma de valores pré-existentes. Nesse sentido, forja-se um campo de investigação enquanto instância superior de representação, criando cegueiras e transformando-as em evidência. A partir daí, existem regras para um bom pensar, um pensar correto preconizando a dualidade sujeito-objeto que faz cumprir o ideal moderno de verdade, empenhados em encontrar a “medida perfeita da realidade” (FOGEL, 2002).

O niilismo mantém uma relação íntima com a moral e a produção da vida material, com o modo de produção capitalista industrial. Surge uma espécie de equivalência entre os conceitos de ciência e progresso, tecnologia e bem-estar social, racionalização e institucionalização da evolução técnica e científica (JAPIASSU, 1975). Esse ideal produtivista vazio encontra-se profundamente arraigado aos outros ideais e valores que constituem o niilismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO, S. *Confissões.IN-CM*, Lisboa. 2001. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/agostinho_de_hipona_confessiones_livros_vii_x_xi.pdf>. Acesso em: 09/03/2016.
- ANTISERI, D.; REALI, G. *História da Filosofia: de Spinoza a Kant*. Vol. 4. Trad. Ivo Storniolo. São Paulo, Paulus, 2005.
- BOURGET, P. *Essais de psychologie contemporaine*. Paris: Editora Plon Nourrit, 1920.
- CAPELLE, W. Die Vorsokratiker. Stuttgart, 1968, p. 27 em HELFERICH, C. *História da Filosofia*. Trad. Luiz Sérgio Repa, Maria Estela Heider Cavalheiro, Rodnei do Nascimento. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006.
- COTRIM, G. *Fundamentos da Filosofia: Ser, saber e fazer*. São Paulo: Editora Saraiva, 1993.
- FILHO, J.C. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: GAMBOA, S. (Org.) *Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade*. São Paulo: Cortez Editora, 2009. p. 13-59.
- FOGEL, G. Porque não teoria do conhecimento? Conhecer é criar. *Cadernos Nietzsche*, São Paulo, n. 13, p. 89-116. 2002.
- HELFERICH, C. *História da Filosofia*. Trad. Luiz Sérgio Repa, Maria Estela Heider Cavalheiro, Rodnei do Nascimento. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006.
- JAPIASSU, H. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1975.
- NIETZSCHE, F. *A filosofia na idade trágica dos gregos*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- NIETZSCHE, F. *Genealogia da Moral: uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NIETZSCHE, F. *O crepúsculo dos ídolos (ou como filosofar com o martelo)*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- NIETZSCHE, F. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.
- NIETZSCHE, F. *Vontade de Potência: ensaio da transmutação de todos os valores*. São Paulo: Editora Escala, 2011b. (Coleção Mestres Pensadores).
- PLATÃO. *As Leis, ou da legislação e epinomis*. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 1999.
- PECORARO, R. *Nihilismo*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2007. (Coleção Filosofia Passo a Passo).
- VATTIMO, G. *Diálogo com Nietzsche: ensaios 1961-2000*. Trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 (Biblioteca do pensamento moderno).

VERNANT, J. P. *As origens do pensamento grego*. Trad. Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Editora Difel, 2002.

VOLPI, F. *O Nihilismo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.